



**CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA**  
Departamento de Educação

**Estudo que acompanha o contrato de delegação de competências, no âmbito do desenvolvimento das Atividades de Enriquecimento Curricular nas escolas básicas da rede pública da cidade de Lisboa, no ano letivo 2020/2021, entre o Município de Lisboa e as Freguesias de Arroios, Benfica, Campo de Ourique, Campolide, Carnide, Estrela, Olivais, Parque das Nações, Penha de França, Santa Clara, Santa Maria Maior, São Domingos de Benfica e São Vicente.**

Nos termos do disposto na Recomendação n.º 1/54, aprovada por unanimidade através da Deliberação n.º 14/AML/2015, de 27 de janeiro de 2015, as propostas de delegações de competências em Juntas de Freguesia são acompanhadas dos estudos previstos e exigidos no n.º 3 do artigo 115.º e n.º 2 do artigo 122.º, ambos do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Pelo que é o presente estudo elaborado de modo a que a concretização da transferência de competências assegure a demonstração dos seguintes requisitos:

***a) O não aumento da despesa pública global:***

Considerando que, à data, não estão alocados às Atividades de Enriquecimento Curricular recursos humanos ou patrimoniais próprios do Município, esta delegação de competências não é acompanhada da transferência para as Freguesias de quaisquer recursos humanos ou patrimoniais.

O cálculo dos custos para a implementação do Programa das Atividades de Enriquecimento Curricular, para o ano letivo 2020/2021, baseia-se no valor do financiamento previsto na Portaria n.º 644-A/2015, de 25 de agosto, na sua redação atual:

- a) 150,00 € (cento e cinquenta euros) - valor máximo de comparticipação financeira anual/aluno para 5 horas semanais do 1.º, 2.º e 3.º ano de escolaridade, conforme disposto no n.º 3 do artigo 20.º da Portaria n.º 644-A/2015, de 25 de agosto, na sua redação atual, conjugado com o disposto no n.º 1 e o n.º 2 do artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 55/2018, de 06 de julho, na sua redação atual;
- b) 90,00 € (noventa euros) - valor máximo de comparticipação financeira anual, por aluno, para 3 horas semanais do 4.º ano (exceto nos casos previstos no Despacho n.º 5908/2017, de 05 de julho, na sua redação atual, caso as escolas tenham aderido ao projeto-piloto de Flexibilização Curricular. Neste caso, serão considerados 5 horas/semanais para o 4.º ano).

Esta delegação de competências é acompanhada dos recursos financeiros adequados ao desempenho das funções transferidas, os quais correspondem à despesa pública que o Município teria caso as competências não fossem delegadas.

***b) O aumento da eficiência da gestão dos recursos pelas autarquias locais ou pelas entidades intermunicipais:***

Considerando que as Freguesias abrangem uma área territorial menor, permitindo a concentração de recursos e a redução de patamares de decisão, traduzindo-se numa gestão mais eficiente, e atendendo a que já são competências próprias das Juntas de Freguesia do concelho de Lisboa, entre outras, a gestão de escolas e estabelecimentos de educação do 1.º ciclo, com a concretização da delegação de competências proposta pretende-se melhorar a satisfação das necessidades manifestadas pelas famílias, que merecem uma resposta social adequada proporcionando a oferta de atividades de enriquecimento curricular a todos os alunos que frequentam o 1.º ciclo do ensino básico das escolas públicas



**CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA**  
Departamento de Educação

***c) Os ganhos de eficácia do exercício das competências pelos órgãos das autarquias locais ou das entidades intermunicipais:***

Haverá uma maior celeridade e amplitude, quer na execução das tarefas inerentes às competências delegadas, quando executadas por administração direta, uma vez que a maioria dos recursos humanos indispensáveis já se encontram sob gestão das Freguesias, quer na concretização e fiscalização no âmbito de contratação pública, eventualmente necessária.

A maior proximidade das Freguesias aos estabelecimentos de ensino, tanto física como institucional, por já ser competente para a sua gestão, permite uma maior eficácia e uma resposta mais rápida, tanto a contratempos que possam surgir, como ao desenvolvimento e implementação de melhorias na resposta às necessidades sentidas ao longo do desenvolvimento das Atividades de Enriquecimento Curricular.

***d) O cumprimento dos objetivos referidos no artigo 112.º:***

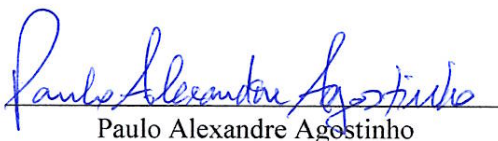
Da concretização desta delegação de competências, resultará uma maior aproximação das decisões à comunidade escolar, a melhoria da qualidade dos serviços necessários ao desenvolvimento das Atividades de Enriquecimento Curricular, bem como a racionalização dos recursos disponíveis.

***e) A articulação entre os diversos níveis da administração pública:***

A presente proposta delegação de competências, no âmbito do desenvolvimento das Atividades de Enriquecimento Curricular, foi articulada entre o Município de Lisboa e as Freguesias, nos termos das correlativas competências.

Lisboa, 24 de novembro de 2020.

O Diretor do Departamento



Paulo Alexandre Agostinho

(no âmbito das competências subdelegadas através do Despacho n.º 53/P/2019, de 08 de maio,  
publicado no 1º Suplemento ao Boletim Municipal nº 1316, de 09 de maio)